

Reunião do Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR

Local: CENTRO DE ARQUITETURA E URBANISMO - CAU

Data: 25 de outubro de 2012

Horário: 10 às 13 h

A Reunião Ordinária do COMPUR de 25 de outubro de 2012 teve com tema:

Rio Patrimônio da Humanidade - Palestrante: Washington Fajardo

Conselheiros Titulares e Suplentes: Armando Ivo de Carvalho Abreu e Ângela Botelho (SEAERJ); Luiz Carneiro de Oliveira (Clube de Engenharia); David Cardemann (ADEMI); Mauro Henrique de Magalhães (ACRJ); Vereador Chiquinho Brasão (CMRJ); Aline Romeu Xavier (IRPH); Cristina Barreto da Silva (SMH); Simone Thury Lopes (CVL); Maria Lucia Navarro Maranhão (SMAC); Maria Alice Barbosa Ribeiro (SEDES); M. Inês G. Pinheiro (SETUR); Sergio Moreira Dias, Helena Rego e Aida Bilwiller (SMU). Justificadas: Marco Antonio Barbosa (SENGE); Pedro da Luz Moreira (IAB-RJ); Vicente Giffoni (ASBEA); João Carlos Barbosa Brasil (FAFERJ).

Participantes: Murilo Allevito (ADEMI); Natalia Tadros e André Csaky (IRPH); Jean Pierre Janot, Sonia Queiroz, Marcos Wainstock, Lucia Quadra, Claudia Grangeiro e Cristina Micaelo (U/CAU).

Sergio Dias iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e de Washington Fajardo pela disposição para apresentação.

Washington Fajardo agradeceu dizendo que ansiava fazer a apresentação no COMPUR e informou que a apresentação mostra quais os desafios que a criação desse novo Instituto terá e de que forma se dará esse novo trabalho. Lembrou que o Plano Diretor estabelece a Paisagem como campo prioritário de ação.

A apresentação destacou os seguintes pontos:

A categoria de paisagem cultural é recente dentro da UNESCO e trata de sítios aonde a natureza transformada pela ação humana torna possível reconhecer valores universais que sejam representativos e significativos de uma cultura de uma sociedade.

Para a candidatura, o Rio de Janeiro apresentou uma dimensão de área extensa, complexa, mas com reconhecimento de identidade e de valores culturais inéditos para a UNESCO.

Fajardo indicou no mapa a abrangência do sítio, composto por uma área prioritária e uma zona de amortecimento. As macroáreas são duas, uma que envolve a entrada da Baía de Guanabara e outra, o conjunto de maciços da Floresta da Tijuca.

O IPHAN é o órgão que lidera a candidatura e que faz a interlocução com a UNESCO.

Dois pontos que significam um desafio para a gestão municipal são: o Parque do Flamengo e a orla de Copacabana. O trabalho que deve ser realizado depois da

conquista do título, tem como meta, até outubro de 2013, entregar à UNESCO um documento estabelecendo as prerrogativas e diretrizes para uma ação de gestão compartilhada. Se por um lado esse mosaico já tem uma legislação consolidada e práticas pontuais consolidadas o desafio é de fato estabelecer e compactuar com diferentes atores e diferentes gestores uma gestão compartilhada integral.

As principais diretrizes de gestão visam à integração de planos e projetos propostos para o sítio dentro de um processo de preservação sustentável, garantindo o desenvolvimento territorial e sócio-econômico ecologicamente equilibrado e culturalmente diversificado.

As diretrizes específicas: salvaguardar e preservar os atributos de valor universal identificados nos componentes e setores do sítio e avaliar a regulação urbanística das áreas urbanizadas da Zona de Amortecimento, tendo como parâmetro, os novos conceitos de paisagem inseridos no Plano Diretor, com um caráter diferenciado, tendo em vista a importância de se garantir a integridade e identidade dos elementos do sítio e a sustentabilidade da gestão.

Plano de Ação Orla 2011 -2013

- Regulamentação de atividades esportivas e da pesca nas proximidades da praia de Copacabana (200m) (lanchas, kitesurf, etc)
- Aperfeiçoamento do monitoramento da balneabilidade AREAL e da qualidade da areia
- Projeto Paisagístico em Copacabana - Vegetação de Restinga
- Regulamentação das atividades comerciais – Barracas e dos módulos esportivos
- Coleta seletiva na praia
- Capacitação de escultores de areia

Plano de Ação Avenida Atlântica

- Revitalização da ciclovia de Copacabana
- Conclusão da modernização dos quiosques e dos postos de salvamento
- Restauração do mosaico de pedras portuguesas
- Regulamentação da Feira de Arte e Artesanato
- Regulamentação das intervenções no mobiliário urbano

Fajardo apresentou o Decreto de criação do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, suas funções e atribuições, receitas e Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Cultural, e diversas ações a serem realizadas.

Falou sobre o programa denominado PRO APAC, que foi inspirado na cidade de Barcelona e está sendo analisado pela PGM, tendo como objetivo o financiamento para restauração e reformas de imóveis privados na parte desses imóveis que contribuem para a paisagem / patrimônio cultural. O aporte financeiro não é financiamento, é recurso público a fundo perdido. A solicitação do recurso é feita pelo profissional, arquiteto ou engenheiro, apresentando o projeto, com anuência dos proprietários dos imóveis.

Citou que é preciso conquistar novos marcos regulatórios para esta área de patrimônio cultural e criar mecanismos mais eficientes de conservação e de salva guarda da preservação do patrimônio e da paisagem da Cidade.

Comentou sobre as ações em curso sempre com interação da Secretaria de Urbanismo e citou como exemplo o decreto do coroamento dos edifícios estabelecendo critérios para instalação de ERBs.

Encerrou ressaltando que este título internacional chama atenção para a cidade e que

detalhes e pormenores devem ser trabalhados tendo em vista essa visibilidade internacional da cidade. Esse título contribui para a efetivação das ações em curso com prazos mais curtos e com disponibilidade de recursos.

Armando Ivo perguntou qual é o órgão da prefeitura que autoriza a colocação de arquibancadas e equipamentos em eventos na orla e no Parque do Flamengo.

Fajardo respondeu que a autorização é dada pelas subprefeituras e pela ordem pública e que a partir do Decreto o IRPH opinará e que esta sendo elaborado uma forma de se ter contrapartidas para investir na recuperação do patrimônio e na manutenção da paisagem dessas áreas.

Ângela Botelho comentou que não são apenas pequenas intervenções que vão acontecendo pontualmente em nossa cidade, mas o que existe é uma ausência de pertencimento dos habitantes à cidade e que as pessoas acham que podem fazer o que querem nas suas fachadas ou na área pública. Sugeriu a realização de uma campanha para que todos amem mais a sua cidade havendo um maior envolvimento da população para cuidar da cidade e do patrimônio.

Fajardo destacou que esse envolvimento da população é um grande desafio. É necessário que primeiro se entenda e se assuma que quem produz a cidade é a coletividade, não somente o poder público. Citou como exemplo a padronização do mobiliário urbano da cidade, que do ponto de vista técnico de especificações, de manuais e de orientação já possuímos essa competência, mas que é preciso fiscalizar. É importante também que os restaurantes e hotéis presentes na orla que se beneficiam desse título, embutindo nos serviços e produtos um valor de patrimônio da humanidade que seja revertido para manutenção dessa área dentro de um plano de gestão compartilhada.

Informou que tem conversado com o CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, sobre a importância da ética profissional em informar quando da realização de obras. O Conselho tem um papel fundamental em orientar esses profissionais a não cometerem esse erro de responsabilidade individual ferindo esse princípio ético porque isso traz um retorno positivo para o conjunto de profissionais e para a sociedade. Discernindo a boa prática da má prática, qualificando os profissionais e conseqüentemente a arquitetura da cidade. A ilegalidade não é somente por parte da falta de fiscalização da prefeitura, tem também uma origem dentro do indivíduo e do profissional. Nesse sentido o projeto de lei da autovistoria é decisivo trazendo uma contribuição significativa para esse cenário da proteção da paisagem construída.

Aida observou que alguns imóveis se encontram apenas com a fachada tendo seu interior totalmente deteriorado e gostaria de saber como seria essa proposta do profissional e do proprietário do imóvel para esse financiamento de recuperação do patrimônio.

Fajardo falou que a partir do projeto do Porto Maravilha a cidade tem um vetor claro comunicado para a cidade, para o mercado, entendendo que o Centro é prioritário. Ressaltou que instituir o IPTU progressivo é muito importante para combater a ociosidade desses imóveis nessa área central. Outro projeto de lei importante é a remissão da dívida ativa para os imóveis que passem por conservação. Explanou sobre o projeto Tiradentes do programa Monumenta. Todo esse conjunto de leis possibilitará a resolução desses problemas que promovem essa degradação, entendendo que não existe uma resposta única e sim uma para cada problema e que isso precisa ser enfrentado nessa

complexidade. Algumas ordens religiosas mantem o patrimônio conservado, mas sem uso impedindo a vitalidade da área.

Maria Lucia Navarro perguntou quais as ações de curto prazo, porque entendeu que as ações apresentadas são de médio e longo prazo, e se existe algum compromisso para ações mais efetivas.

Fajardo respondeu que os tempos com a UNESCO são mais longos, repetiu que existe um prazo para em outubro de 2013 ser apresentado o plano de gestão compartilhada e a partir desse ponto existira um acompanhamento e monitoramento para a manutenção desse título.

Sergio Dias destacou que a presença do vereador, presidente da comissão de assuntos urbanos é muito oportuna por ter sido enviado um pacote de leis para a Câmara, tendo sido já aprovada inclusive a da criação da Coordenadoria de Fiscalização dos prédios em risco, com novo quadro de cargos de arquitetos para a SMU. Mas é preciso que os demais projetos de lei também sejam aprovados para que o conjunto de ações possa contribuir para o efetivo resultado esperado.

Vereador Chiquinho Brazão falou que os problemas da cidade são conhecidos por todos e que são muitos. A Câmara vem atuando junto ao prefeito possibilitando um avanço nas ações para a cidade. Têm votado muitas matérias que atendem a cidade como um todo. Colocou-se a disposição para auxiliar junto às comissões da Câmara para aprovação desse conjunto de leis.

Sergio Dias relatou o balanço da gestão descrevendo todos os temas realizados neste período de 2009 a 2012 bem como quem os apresentou. E encerrou a reunião.